

Bancada do DF reage a fim da autonomia

Há um movimento indignado na bancada parlamentar do Distrito Federal para derrubar as propostas da subcomissão de estudos do Tribunal Superior Eleitoral que extinguem os cargos de governador, senador, deputados federal e distrital.

Pelo documento que será entregue hoje ao ministro Carlos Veloso o DF teria apenas um prefeito nomeado pelo presidente da República e aprovado pelo Senado.

“Isso é um palpite infeliz, como já dizia Noel Rosa” reagiu ontem à noite o deputado Osório Adriano. “Querem nos transformar em cidadãos de segunda classe. Mas não vão conseguir. Vamos derrotar esse palpite infeliz na Câmara”, garantiu.

Segundo o assessor de Comunicação Social do DF, Moacyr de Oliveira, para o governador Cristovam Buarque a proposta representa uma cassação dos direitos políticos do povo de Brasília.

O deputado Chico Vigilante (PT-DF) se disse indignado: “Precisamos é de autonomia financeira, e não do fim de nossa independência política”.

Membros — A subcomissão é integrada pelo ministro do TSE, Torquato Jardim, pelo ex-ministro do STF, Oscar Dias Correa, e pelos

professores Geraldo Ataliba, Carmem Lúcia Antunes Rocha, Fábio Konder Comparato, Palhares Moreira Reis, José Alfredo Baracho, Walter Costa Porto e David Fleischer.

As propostas também atingem municípios com menos de 500 mil eleitores onde os vereadores não teriam mais remuneração.

Os partidos com pouca representação também deveriam desaparecer. Pela *cláusula de barreira*, os que não atingirem 5% dos votos nem chegarão ao Congresso.

O voto continuaria obrigatório e a fidelidade partidária será fiscalizada. Quem trocar de sigla pode ter seu mandato cassado.

Para as prefeituras, só haverá segundo turno em cidades com mais de um milhão de eleitores. Para governador e presidente da República, a eleição seria em turno único.

Isso se o primeiro colocado tiver 45% dos votos válidos.

A proposta diz que o número de deputados federais deveria ser reduzido dos atuais 513 para 400, sendo definido um mínimo de três e um máximo de 60 por estado.

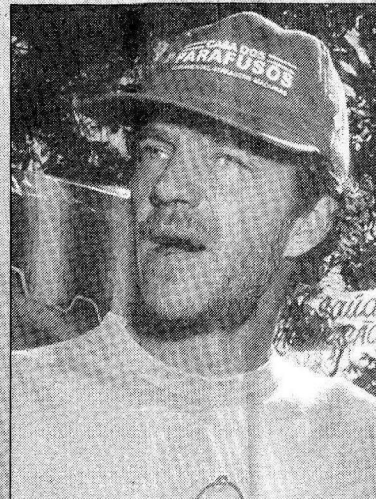
No Senado, as transformações reduziriam para 52 (dois por estado) os 81 senadores da Casa.

O POVO FALA

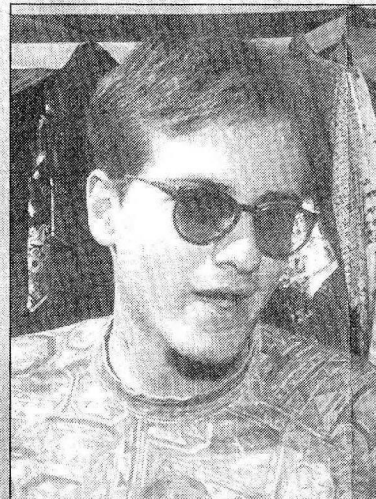
Fotos Carlos Moura



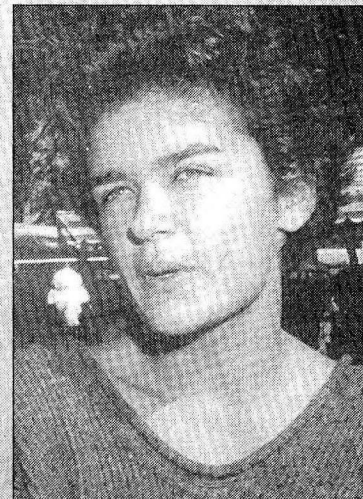
■ **Wantuyr Caixeta**, feirante. Morador de Sobradinho: “Acho isso errado. Acho inclusive que o povo deveria votar para escolher os administradores regionais. É mais um direito adquirido do brasileiro que estão tentando cassar. Seria ótimo ter um prefeito eleito pelo povo”.



■ **Heitor Valadares**, desenhista. 704 Sul: “Eu não acho uma boa. Foi difícil eleger nosso governante. Não é porque é um distrito que o povo deixará de ter direito de escolher seus governantes. Devemos eleger para poder cobrar depois”.



■ **André Carrer**, estudante. Lago Sul: “É indiferente. Acho que ficaria a mesma coisa. Não muda nada. Continuamos pagando aos deputados que não gostam de trabalhar. A Câmara Legislativa é um exemplo disso”.



■ **Érika Andrade**, estudante e bancária. 305 Sul: “Isso é um absurdo. Estamos regredindo. Dar o poder de escolher o prefeito de Brasília ao presidente da República é dar margem para as velhas formas de apadrinhamento, da troca de favores pela nomeação”.